

## **AS PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO INCLUSIVO NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE**

Autor (1); Flávio Medeiros de Azevedo (1); Sonia Azevedo de Medeiros (2); Marcilda Bezerra de Araújo (3); (4) Sérgio dos Santos Souza; (5) Kiarely Cícero Martins da Nóbrega

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, soniamedeirosjs@hotmail.com, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, marcilde@hotmail.com. Faculdade católica Santa Terezinha – flaviomazy@hotmail.com, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sss02@bol.com.br, Faculdades Integradas de Patos, kiarely.martins@hotmail.com*

**Resumo:** Nos últimos anos as políticas sociais têm prezado pelo combate da exclusão, promovendo integração e participação social. No entanto, embora o debate sobre a Educação Inclusiva já esteja presente na grande maioria das instituições de ensino, muitas são as dificuldades que têm sido enfrentadas pelos atores envolvidos no processo. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender qual a percepção de coordenadores e professores acerca da efetivação do processo de inclusão de crianças com deficiência na escola, bem como quais são as principais dificuldades e problemáticas envolvidas e os avanços já alcançados nesse processo. Caracteriza-se como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e tipologia descritiva, a qual foi realizada em duas escolas de ensino fundamental do município de Caicó/RN. Os sujeitos do estudo foram 18 profissionais, dentre os quais coordenadores e professores das duas instituições de ensino estudadas. De forma geral, percebeu-se que o processo de efetivação dos princípios da Educação Inclusiva ainda é perpassado por diversos entraves, os quais são ocasionados pela atual estrutura da educação, ainda norteadas pelo ensino clássico. Embora demonstre-se conhecimento com relação à Educação Inclusiva e a seus diversos aspectos e compreenda-se a importância de garantir o direito do acesso ao ensino regular para as pessoas com deficiência, é notório que necessita-se de investimento em processos de formação continuada, como forma de sensibilizar e promover a reflexão sobre a inclusão dentro do contexto escolar, garantindo a qualificação do ensino, o direito à aprendizagem e a convivência em sociedade.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Pessoas com deficiência, Equipe pedagógica.

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos as políticas sociais têm prezado pelo combate da exclusão, promovendo integração e participação social. No Brasil e no mundo, o movimento de Educação Inclusiva, o qual emerge apoiado pela declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), defende que a escola deve assumir o compromisso de educar cada indivíduo a partir da pedagogia da diversidade, tendo em vista que todos os alunos deverão estar matriculados no ensino regular, seja qual for sua origem social, étnica ou linguística (LACERDA, 2006).

Esse movimento acredita e prega que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ter a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, possuindo características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Sendo assim, as escolas têm o papel de levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, caracterizando-se como escolas inclusivas e constituindo-se como os meios

mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (UNESCO, 1994).

No entanto, para que a educação inclusiva torne-se uma realidade, é necessário que sejam criadas condições e recursos adequados a cada situação. Embora o debate sobre Educação Inclusiva já esteja presente na grande maioria das instituições de ensino, muitas são as dificuldades que têm sido enfrentadas pelos atores envolvidos no processo.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender qual a percepção dos coordenadores e professores de uma escola de ensino fundamental da cidade Caicó/RN acerca da efetivação do processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na escola, bem como quais são as principais dificuldades e problemáticas envolvidas e os avanços já alcançados nesse processo.

A partir disso, formulou-se a seguinte questão da atividade investigativa: como os coordenadores e professores têm percebido o processo de inclusão de crianças nas escolas de ensino fundamental?

Dada a relevância do tema, é importante para a concretização dos objetivos da educação inclusiva que o processo de inclusão nas escolas seja avaliado a partir da percepção dos professores e coordenadores, os quais são importantes atores nessa política. Também é de suma relevância perceber as principais dificuldades e desafios enfrentados para a efetivação desse processo, no intuito de poder refletir acerca de metodologias que possam fortalecer e facilitar o processo de inclusão das crianças no ensino fundamental.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem o objetivo de compreender qual a percepção dos pais e professores de uma escola de ensino fundamental da cidade de Caicó/RN acerca da efetivação do processo de inclusão de crianças com deficiência na escola. A pergunta de partida para o estudo foi: como os profissionais de uma instituição de ensino do interior do Rio Grande do Norte percebem o processo de inclusão de crianças com deficiência no ensino regular?

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e tipologia descritiva (MINAYO, 2011), aspectos elegidos por serem mais adequados a obtenção dos objetivos propostos, que visam compreender qual a percepção dos coordenadores e professores de uma escola de ensino fundamental da cidade de Caicó/RN acerca da efetivação do processo de inclusão de crianças com deficiência na escola.

O trabalho de campo ocorreu a partir da aplicação de questionários, e foi eleito por permitir a aproximação do pesquisador da realidade a qual pretende investigar e por proporcionar a interação deste com os atores que constituem essa realidade (MINAYO, 2011).

O estudo foi realizado em duas escolas da cidade de Caicó/RN, interior do estado, onde a coordenação pedagógica tem como papel a orientação dos professores das salas multifuncionais, cuidadores, intérpretes de LIBRAS, especialistas em Braille, dentre outros profissionais que dão suporte aos alunos com deficiência física, transtorno global do desenvolvimento e superdotação. Além disso, também orientam os gestores, professores e demais profissionais no que diz respeito ao acolhimento desses alunos na escola.

Os sujeitos do estudo serão 18 professores e coordenadores/diretores de crianças com deficiência matriculadas das duas instituições de ensino estudadas. Esse público foi escolhido devido à sua proximidade com a questão da inclusão dentro da escola.

A coleta de dados se realizou através de um roteiro de perguntas semiestruturado, o qual foi guiado por um questionário a ser utilizado nas conversas com os profissionais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A inclusão no contexto escolar demanda significativa mudança nas metodologias e ações realizadas no contexto escolar. Essas ações vão além da permanência do aluno com deficiência na sala de aula regular, mais engloba aspectos como interação social com os outros estudantes, utilização de linguagens e métodos de comunicação adequados, uso de instrumentos e técnicas específicos e possibilidade de acompanhamento e apoio específico às necessidades de cada aluno.

O relato dos profissionais mostra uma diversidade de ações que podem promover a inclusão do aluno com deficiência no contexto educacional, como podemos perceber através das falas que se seguem.

Mudanças no tratamento das pessoas acometidas de deficiências, principalmente valorizar os aspectos positivos, pontos fortes das pessoas. Melhorias nas condições físicas dos prédios escolares e equipamentos pedagógicos (Núcleo Gestor 3).

Alunos cadeirantes na sala de aula, professor interprete de LIBRAS, sala do AEE, rampas e banheiros com segurança (Núcleo Gestor 4).

Participação das aulas, acessibilidade a salas de aula (Professor 4).

Percebe-se através dessas falas que uma das principais ações para promoção da inclusão são as mudanças arquitetônicas nos espaços das instituições de ensino, como a

melhoria nas condições físicas da escola, a fim de implantar rampas de acesso, banheiros para deficientes, construção de salas de Atendimento Educacional Especializado, com todo o equipamento e instrumentação necessária ao acolhimento desses estudantes.

Nesse contexto de inclusão, alguns autores citam várias ações que podem facilitar o processo de inclusão, como ações lúdicas, com uma diversidade de jogos e de recursos e materiais pedagógicos. Esses jogos podem ser trabalhados de forma grupal ou individualizada, e são ações que promovem a convivência com o diferente e, com isso, preparam para o respeito.

Também percebe-se uma valorização dos profissionais da integração dos alunos com deficiência nas diversas atividades e eventos realizados pela escola, além da participação nos momentos de lazer, recreação, lanche, ou seja, a participação desses estudantes em todos os momentos na escola.

A recreação, os trabalhos em grupos, a culminância de projetos (Núcleo Gestor 1).

Buscando os meios necessários para remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos, com todos e para toda a vida (Professor 7).

Participação dos alunos em todas as atividades da escola, respeito mútuo, e acompanhamento no AEE (Professor 2).

A participação das crianças nos eventos, na recreação, na hora do lanche e em sala de aula (Núcleo Gestor 2).

Outra importante ação citada como importante para a efetivação do processo de inclusão é a maneira como o professor acolhe esses alunos na sala de aula, o que facilita o tratamento respeitoso dos outros colegas. Para isso, como cita uma das falas abaixo, é preciso investir na formação dos professores e na contratação de profissionais com conhecimento na área da inclusão.

Sabemos que, embora o professor seja uma das figuras mais importantes no que diz respeito à promoção da inclusão no ensino regular, muitas vezes ele próprio se sente despreparado para isso. Ingles et al (2014, p. 467) fala sobre a importância de fazer da formação do professor algo contínuo. Como afirmam os autores:

Na renovação da realidade de sala de aula, o professor assume característica de mediador, pesquisador e motivador, ao tornar-se um colaborador no processo de aprendizagem. E o aluno participa ativamente do processo de aquisição e construção de conhecimentos, pelo fato de assumir a responsabilidade e elaborar autonomamente seus projetos de vida, derivando novos significados as situações que lhe possam ser apresentados.

Nesse contexto, o investimento na formação continuada dos professores torna-se fundamental, pois será capaz de promover constante reflexão acerca da realidade e das dificuldades enfrentadas dentro da realidade e da dinâmica do trabalho. Sabe-se que, mesmo tendo discutido a questão da inclusão durante a graduação, ao chegar à realidade das escolas esse profissional se depara com muitas dificuldades e com suas próprias limitações.

Sendo assim, cabe ao estado e aos próprios professores buscar a participação num processo de educação permanente, seja através de cursos, capacitações, novas leituras, pesquisas de conteúdo on-line, enfim, cabe também e principalmente ao profissional buscar novos conhecimentos que o capacitem a intervir junto a questão da deficiência, qualificando sua atuação e seu acolhimento a essas pessoas.

Além da adaptação arquitetônica da escola, a reciclagem dos professores, com formações específicas para este fim (Professor 9).

O professor deve tratar de maneira igual, para que as colegas também o tratem da mesma forma (Professor 6).

O cuidador é de bastante relevância no processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência (Professor 5).

Na última fala, é a contratação de profissionais de apoio para o acompanhamento dos alunos em sala de aula também é citada como uma importante ação para a efetivação do processo de inclusão, tendo em vista que os alunos com deficiência necessitam de um acompanhamento para garantir seu aprendizado em sala de aula.

Nesse contexto, ganha importância a proposição de atividades inovadoras e integrativas, que possam fomentar o diálogo entre os diversos sujeitos e o trabalho junto às diferenças. Nesse contexto, abre-se espaço para acolher os alunos e promover sua aprendizagem, a partir de atividades e ações que possam ser realizadas por todos, independente de sua deficiência.

Para isso, é preciso que a escola adote novas metodologias e possa ser um espaço que promove acesso, jamais exclusão. Como afirmam Silva; Aranha (2005) em seus escritos sobre a interação professor-aluno dentro das salas de aula:

A escola se torna inclusiva à medida que reconhece a diversidade que constitui seu alunado e a ela responde com eficiência pedagógica. Para responder às necessidades educacionais de cada aluno, condição essencial na prática educacional inclusiva, há que se adequar os diferentes elementos curriculares, de forma a atender as peculiaridades de cada um e de todos os alunos. Há que se flexibilizar o ensino, adotando-se estratégias diferenciadas e adequando a ação educativa às maneiras peculiares dos alunos aprenderem (...). A educação para todos implica, portanto, um sistema educacional que reconhece, respeita e responde, com eficiência pedagógica, a cada aluno que nele se encontra inserido.

Nesse sentido, faz-se necessário que os agentes educadores tenham conhecimento acerca das diversas ações que podem fazer da escola um espaço inclusivo, e que possam lançar mão dessas ações em seu espaço de trabalho.

De acordo com o decreto 7.611/2001, o qual dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, o atendimento educacional especializado (AEE) constitui-se como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e recursos pedagógicos, os quais devem ser prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2011). Para isso, é necessário a disponibilização de equipamentos e recursos para trabalhar com os estudantes, de acordo com a necessidade de cada um.

Esse decreto garante o apoio técnico e financeiro prestado por parte do Ministério da Educação, com o desígnio de promover o atendimento educacional especializado tanto na educação básica quanto na superior por meio das ações de aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado; implantação de salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2011, artigo 5º).

Essa formação inclui o desenvolvimento de capacitações e cursos para professores da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão.

A resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, a qual institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, considera professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos com deficiência aqueles que tiveram incluídos na sua formação competências e valores necessários para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva, flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento, avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais e atuar em equipe (BRASIL, 2001b).

Com relação aos profissionais participantes da pesquisa, na instituição de ensino em que atuam existe uma grande diversidade de materiais e recursos pedagógicos para trabalhar as necessidades específicas de cada criança. Foram citados como materiais de apoio às

necessidades específicas dos alunos dominó de libras, jogos pedagógicos, dominó tátil, lupa, material em braile, biblioteca, computador adaptado para necessidades especiais, sala de AEE e sala de multimeios.

Muitos professores citaram a questão de incentivo à utilização desses recursos pedagógicos, além de investir na formação dos professores, para que possam estar aptos a utilizá-los. Dessa forma, para fazer uso dos recursos pedagógicos que a escola disponibiliza, é preciso também investir no treinamento desses agentes educacionais, tendo em vista que alguns recursos podem demandar conhecimento prévio de seu manejo e de suas características para trabalhar uma determinada deficiência.

No entanto, foi percebido através das falas dos profissionais gestores que muitas vezes os professores nem ao menos sabem da existência dos recursos, ou não têm o treinamento necessário para utilizá-los. Além disso, muitos professores não têm interesse em utilizá-los junto aos alunos com deficiência.

Nesse sentido, um dos questionamentos feitos aos sujeitos durante a entrevista é como os mesmos poderiam contribuir para o processo de inclusão e integração do aluno com deficiência a partir dos recursos disponíveis na escola. Os profissionais entendem que, embora a escola não possua todos os recursos necessários, a partir da utilização daqueles que existem já é possível promover a inclusão.

Trabalhando de forma ativa com esses recursos. Dominó de libras, material dourado, dominó tátil, biblioteca e sala de multi-meios (Professor 1).

Desempenhando e explorando os materiais que são: dominó de libras, dominó tátil, material dourado, sala do atendimento educacional especializado, biblioteca, sala de multi-meios e projeto luz do saber (Professor 2).

Uma das principais queixas apresentadas é que, embora a escola possua alguns recursos pedagógicos voltados para o atendimento especializado e para a integração do aluno com deficiência, os recursos são subutilizados, tendo em vista que muitos professores acabam priorizando a questão do ensino comum e acabam deixando de lado os equipamentos disponíveis. Além disso, muitas vezes os professores nem ao menos têm conhecimento da existência desses equipamentos, ou não sabem utilizá-los de maneira efetiva.

É preciso que os equipamentos e dispositivos disponíveis sejam usados. Na maioria dos casos os professores nem sabe que eles existem na escola. Temos computador adaptado para deficientes visuais, material em BRAILLE, como livros e material didático, domino de LIBRAS (Núcleo Gestor 5).

Temos muito na escola, isso é, na medida do possível, falta só utilizá-los pelos professores que chegam (Professor 8).

Entende-se a necessidade de orientar e incentivar esses profissionais a usarem esses dispositivos, para que não se perca o entendimento das singularidades e especificidades de cada aluno com deficiência. O processo de inclusão não pode deixar de lado a necessidade de aprendizagem que diz respeito a cada indivíduo, com sua deficiência, seja visual, auditiva ou intelectual. Esses alunos precisam de um acompanhamento mais próximo, com foco em seu aprendizado, e o professor deve estar atento a isso, com o apoio dos chamados “cuidadores”, que dão suporte e acompanham o aluno dentro da sala de aula comum.

Além disso, é destacada por alguns profissionais a questão da importância da formação e capacitação dos professores para utilização desses materiais e recursos, e da preparação para utilização da aula de AEE.

Uma formação para professores para trabalharem com essas crianças. Equipamentos como sala do AEE, cuidador, e psicopedagogo (Núcleo Gestor 2).

Muitas vezes a falta dessa formação continuada e capacitação para trabalhar com esses equipamentos e com as diversas deficiências gera no profissional um sentimento de impotência e de despreparo, o que faz com que passe a não dar atenção a essas questões. Dessa forma, é preciso o incentivo à formação e a busca de novos conhecimentos no que diz respeito à inclusão desses indivíduos em sala de aula.

Alguns professores entrevistados também relataram que a escola não possui o apoio necessário da Gestão Municipal para a disponibilização de materiais e recursos e para a contratação de professores e profissionais qualificados para possibilitar o processo de inclusão dentro da escola. Falta também o apoio dos profissionais no que diz respeito a formação e capacitação de professores.

A meu ver, o apoio é só de reuniões (Professor 8).

Muito pouco ainda nos falta muito recurso arquitetônico e pedagógico para trabalhar-se com esse público (Professor 9).

Sim, temos apoio, só falta a formação para os professores (Professor 10).

O apoio da gestão é de suma importância nesse processo de inclusão, tendo em vista que a mesma é responsável pelo fornecimento de materiais, pelo fomento da formação e por buscar novos projetos e novas fontes de financiamento para atividades de inclusão. Com isso, identifica-se que ainda precisa aumentar e fortalecer a parceria entre os atores educacionais, que estão à frente da efetivação da inclusão, e a gestão, que é responsável pelo planejamento e

administração dos diversos projetos e recursos necessários à garantia do direito de educação inclusiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se que atualmente o acesso à educação regular é um direito fundamental de todos os indivíduos, e todos devem ter acesso à aprendizagem e ao desenvolvimento em contextos de convivência e integração, tendo as escolas o papel de levar em conta a diversidade de características e necessidades, caracterizando-se como espaços de igualdade e promoção da inclusão.

Nesse contexto, o presente estudo alcançou seu objetivo de compreender a concepção dos agentes educacionais acerca do processo de inclusão no ensino regular. De maneira geral, percebeu-se que a Educação Inclusiva é vista pelos sujeitos do estudo como um processo que vem trazendo resultados positivos, valorizando os aspectos da convivência e da integração entre os diferentes sujeitos, da garantia dos direitos à educação e à igualdade e da possibilidade de crescimento e aprendizagem para as crianças com deficiência.

Como principais dificuldades para a concretização desse processo, foram citadas a falta de estrutura física de acesso nas escolas, o conhecimento insuficiente por parte dos professores no que diz respeito ao processo de inclusão, a falta de recursos e equipamentos no contexto escolar, a falha da formação inicial e o pouco investimento na formação continuada para esses sujeitos e a relação com a família de alunos com deficiência, que muitas vezes não confia na escola e em sua estruturação para receber esses sujeitos.

A coleta dos dados para o estudo se deu de forma bastante tranquila, com total apoio da gestão das duas escolas, sendo um pouco dificultada apenas pela questão do tempo dos professores, que muitas vezes é totalmente preenchido com as atividades de ensino dentro da escola.

De forma geral, percebeu-se que o processo de efetivação dos princípios da Educação Inclusiva ainda é perpassado por diversos entraves, os quais são ocasionados pela atual estrutura da educação, ainda norteadada pelo ensino clássico, que dificulta a integração e o acesso das pessoas com deficiência aos conteúdos e às atividades propostas em salas de aula.

Embora os professores e gestores demonstrem conhecimento com relação à Educação Inclusiva e a seus diversos aspectos e compreendam a importância de garantir o direito do acesso ao ensino regular para as pessoas com deficiência, é notório que necessita-se de investimento em processos de formação continuada, não apenas como forma de aquisição de

conhecimentos, mas também de sensibilização desses sujeitos e da reflexão de suas atividades cotidianas.

Essa formação continuada demanda uma abordagem de humanização, no sentido de abordar preconceitos, receios e concepções trazidas pelos agentes educacionais que podem estar criando diversos obstáculos ao ensino inclusivo. No entanto, embora alguns demonstrem através de palavras descompromisso com a questão da educação inclusiva, outros estão dispostos a aprender cada vez mais sobre a temática e promover um contexto educacional verdadeiramente inclusivo.

Não se pode, portanto, anular as diversas conquistas que foram sendo alcançadas dia após dia no contexto da inclusão, pelo contrário, é necessário fomentar a reflexão sobre o tema, para que novas percepções sejam integradas ao processo. É preciso promover transformação no cotidiano da sala de aula, e renovar o conhecimento continuamente, dentro das universidades e dos contextos educacionais.

A leitura desse trabalho é de suma importância a todos os agentes educacionais, desde professores, técnicos e gestores, tendo em vista que o processo de inclusão diz respeito a todos os sujeitos que atuam no contexto da escola. Através dele, pretende-se fomentar a discussão e a reflexão acerca do caminhar do processo inclusivo e de suas dificuldades, assim como das diversas possibilidades que esse processo representa.

Tendo em vista a importância de outros atores para o processo de inclusão, propõe-se a realização de novos estudos que possam abordar essa temática junto à família e principalmente junto às pessoas com deficiência, para que se possa ter também o olhar desses sujeitos acerca de como vem acontecendo o processo de inclusão, além de ouvir as sugestões que os mesmos têm a oferecer para promover a concretização desses objetivos dentro do contexto escolar e de tantos outros contextos sociais onde a inclusão se faz necessária.

Por último, é de suma relevância dividir os conhecimentos adquiridos nesse trabalho com todos os sujeitos envolvidos no processo de inclusão, promovendo a devolução dos resultados para os sujeitos participantes do processo de pesquisa, e apresentando aos mesmos as reflexões que foram possibilitadas a partir de suas falas. Com isso, garante-se a reflexão acerca da temática e a produção do conhecimento em Educação Inclusiva.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Brasília: 2011.

INGLES, Maria Amélia et al. **Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 20, n. 3, p. 461-478, set. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382014000300011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300011&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 24 abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000300011>.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: O que dizem Alunos, Professores e Intérpretes sobre esta Experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

MINAYO, **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde** (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394, dez. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382005000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 24 abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382005000300005>.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde. 1994.